

## PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

### IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
<b>PR/2025/37352</b>	<b>49605/2025</b>	<b>Proposta à Câmara Municipal</b>
Unidade Administrativa		
<b>DF - DFOP - DIVISÃO</b>		
Propósito		
<b>Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal</b>		
Órgão/Cargo que resolve		
<b>Câmara Municipal de Braga</b>		

### PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

### DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



## PROPOSTA DE DECISÃO PRELIMINAR

**Processo:** 2024/500.10.301/993

**Resolução com número e data apresentados na margem**

**Procedimento:** Processo de migração

### FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

**Assunto:** Fiscalização de operações urbanísticas - legalização

**Local da obra:** Loteamento da Quinta da Carreira, lote 55, UF Escudeiros e Penso, Braga Portugal

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2025/37113 de 17 de Novembro de 2025.

### RESOLUÇÃO

Compulsados os autos, constata-se que já foi emitido parecer técnico, por parte dos Serviços da DAT, quanto à viabilidade e modo de legalização das desconformidades urbanísticas detectadas aquando da 1.º visita ao local, assim como já elaborada a correspondente participação contraordenacional - alínea b), do n.º 1, do artigo 98.º, do RJUE, na sua redação atual.

Após nova visita ao local, constatou o Agente Fiscalizador que os muros de contenção de terras continuam por executar, assim como o talude nos exatos termos aprovados.

Assim, constituindo esta inexecução um risco para a segurança pública, sobretudo para quem circula na Rua dos Visos, propõe-se seja concedido ao proprietário do lote um prazo de 60 dias úteis para proceder em conformidade e adotar, entretanto, as diligências necessárias para evitar o deslizamento de terras.

Da notificação deverá fazer-se constar que, caso assim não proceda, poderá esta edilidade desencadear o procedimento administrativo previsto no artigo 89.º, do RJUE, intimando-o à execução das obras necessárias à salvaguarda da segurança pública.

Deste facto deve ser dado conhecimento aos Serviços Municipais de Proteção Civil, para atuação no âmbito das respetivas competências.

Por fim, tratando-se de uma edificação com comunicação de utilização, mas em desconformidade com o projeto aprovado, propõe-se, ao abrigo da subalínea i), da alínea f), do n.º 1, do artigo 98.º, do RJUE, na sua redação atual, a instauração do correspondente processo de contraordenação, devendo o agente fiscalizador elaborar a respetiva proposta.

Conhecimento às partes.



Atendendo que a competência para o licenciamento urbanístico, assim como para a segurança e salubridade das edificações (artigos 5.º e 89.º, do RJUE) é da Câmara Municipal, propõe-se seja o assunto submetido a deliberação do competente órgão executivo.

À consideração superior.

**DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE**

